

CONGRESSO NACIONAL

Sem apoio cristalizado para garantir quórum e votos para além dos aliados fiéis, Lula tenta minar divergência em partidos com ministérios e mira PL, PP e Republicanos de Lira

Panato ainda não soma votos para aprovar projetos

Klar Hezuar
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) trabalha para cristalizar uma base de apoio confiável e fim de garantir que projetos relevantes ao seu terceiro mandato tenham êxito no Congresso. A composição da Câmara dos Deputados e do Senado, porém, apresenta as petistas a necessidade de negociação com líderes partidários fora de seu núcleo duro, com Arthur Lira (PP-AL) e com Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Lira e Pacheco são, respectivamente, presidentes da Câmara e do Senado. Números oficiais das bancadas de amigos as Casas levantados pela reportagem mostram que 126 deputados federais estão no grupo que acompanhará o governo em votação no plenário da Câmara e 17 no do Senado.

A soma considera as siglas que apoiam oficialmente Lula no segundo turno das eleições do ano passado: PT, PC do B, PV, Rede, PSD, PSB, PSC e PSL. Na Câmara, Lula concentra cerca de 30% do total desses parlamentares. No Senado, o quantitativo cai para 20%. O cenário está distante do quórum necessário até mesmo para começar a discussão de projetos de lei, sejam ordinários ou complementares, cujos pareceres são mais simples que os de propostas de emenda à Constituição (PECs). Na Câmara, o necessário são 257 deputados em Plenário. No Senado, 41. Há também o grupo de legendas à frente de ministérios pactos que assegura ao presidente da República as instalações positivas, porém não necessariamente munitas. Nesta faixa estão União Brasil, MDB e PSL. O União Brasil, chegado, contudo, a lançar manifesto fazendo ponderações a uma aliança irrefutável a Lula.

ALIADOS DA GESTÃO ANTERIOR

Antes mesmo do start do novo ano presidencial da 57ª legislatura, tiveram início as articulações com siglas que estiveram no lado de Bolsonaro entre 2019 e 2022, apesar de ter resistido a entregar a Lira o Ministério da Saúde. Lula viu na estratégia de apoio reconhecido do presidente da Câmara seu melhor artifício para garantir a frente de deputados e parte de sua pacificação institucional. O peso de PT, PL e Republicanos, mas na Casa que no Senado é fator de ponderação ao governo.

Abre somando os três partidos, totaliza 186 deputados. No Senado, possui mais de 20 que ao contrário do que aconteceu na Câmara trata pouca capitalidade para avançar como oposição. A divisão das comissões permanentes e outras sinalizações. O grupo de Lira terá espaço em comissões de referências como a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com projeto de lei de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e Saúde serão abocanhadas pelo PP, ao passo em que o Republicanos saiu da quarta secretaria da Mesa Diretora na legislatura passada para ficar com a primeira vice-presidência nesta.

A proposta de mais de um terço do total de deputados garante a Lira poder de negociação e de manobras regimentais, comuns a presidentes no Congresso para agirem em consonância diante de acordos feitos com governos. Um dos exemplos mais frequentes, na Câmara e flexibilização das regras de presença e votos, que se tornaram corrigidas mesmo após a determinação do retorno das atividades presenciais na pandemia. A mais emblemática foi a votação no segundo semestre do ano passado da proposta de emenda à Constituição emergencial, que deu a Lira Bolsonaro a possibilidade de aumentar os gastos da máquina pública visando à sua reeleição.

Arthur Lira permitiu a retomada das presenças virtuais, por meio do aplicativo da Câmara, ainda que o ato de liberação estivesse viciado. Assim, o deputado alegou não conseguir chegar ao quórum e aos 108 votos mínimos para aprovar a PEC em dois turnos. No Senado, por outro lado, não há acerto na Mesa Diretora para integrantes do PL, PP e Republicanos, que devem fazer apenas uma comissão menos relevante para que Pacheco barganhe pacificação e apoio pontual, pelo menos, para Lula.

Outro mecanismo de avanço entre Lula e Lira para agnatar partidos que não estão oficialmente na base de apoio do petista foi a destinação de emendas parlamentares a congressistas de outros



Plenário do Senado: para aprovar projetos de lei, o governo federal precisa do apoio de 41 dos 81 senadores



Eduardo Braga (AM), líder do MDB no Senado

“A bancada tem sinalizado positivamente para as propostas do governo, mas não existe apoio incondicional na política. Haverá debates em emendas, por exemplo, para que possamos alterar textos se for de nosso interesse”



Alessandro Vieira (PSDB-SE), senador

“Vamos analisar pauta por pauta. Na questão tributária, o entendimento é de que precisa ser um modelo que reduza despesas, mas que tenha compromisso com áreas sociais sem fabricar inflação”



Alexandre Gusmão (PSDB-BA), ministro das Relações Institucionais

Ministro das Relações Institucionais, Alexandre Gusmão (PT) concentra os articuladores com Congresso em sua pasta

em 2022, os quais não têm direito a uma fatia do Orçamento da União. A petista é o comitê primário ano dos recém-eleitos. Os presidentes fecharam acordo de R\$ 13 milhões para cada um dos 218 valor cerca de 70% inferior ao dos reeleitos. O investimento do Planalto para tal está na casa dos R\$ 2,4 bilhões. Pesa nas negociações com Lula ainda o chamado “consórcio do Lira”, cujo eixo está no PP, PL, Republicanos e União Brasil.

Neste caso, os pedidos transcendem Lira e são feitos por interlocutores à presidência da República. Ministro das Relações Institucionais, Alexandre Gusmão (PT) concentra as articulações com Congresso em sua pasta. Uma das articulações para a recondução de Pacheco à presidência do Senado. As negociações entre a parlamentaristas envolveram também uma força-tarefa integrada com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, cujo titular é Paulo Pinheiro (PT), contra fake news que estavam sendo divulgadas nas redes sociais por bolsonaristas.

DIVISÕES PARLAMENTARES NO CONGRESSO

GOVERNO FEDERAL PRECISA ATUAR NAS NEGOCIAÇÕES PARA IMPULSIONAR APOIO A PROJETOS RELEVANTES AO TERCEIRO MANDATO DE LULA

CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Núcleo duro de Lula: Inelegição PT, PC do B, PV, PSD e Rede e Paulo: Rede, 126 parlamentares

Núcleo de partidos com cargo no governo Lula: União Brasil, PSD e MDB, 143 parlamentares

Núcleo duro de Arthur Lira: PT, PL e Republicanos - 186 parlamentares

Partidos considerados independentes: Inelegição PSDB - Cidomário, Paulo, Renato, PSC, Patriota, Solidarnoz, Prox e PTB - 50 parlamentares

Partidos oficialmente de oposição: Novo - 10 parlamentares

SENADO

Núcleo duro de Lula: PT, Rede, PDT e PSB - 16 parlamentares

Núcleo de partidos com cargo no governo Lula / Núcleo duro de Pacheco: União Brasil, PSD e MDB - 31 parlamentares

Partidos considerados independentes: Inelegição PSDB - Cidomário, Novo e Podemos - 8 parlamentares

Partidos que têm folgado em “apoio responsável”: PL, PP e Republicanos - 22 parlamentares

\* FONTE: SPS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; FOTOS: GABINETE DO SENADO; SPS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; SPS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 5